



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E ECONÔMICAS
FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO E CIÊNCIAS CONTÁBEIS
DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO**

**O BRASIL NO GRUPO DOS BRICs: DESAFIOS DE UMA
ECONOMIA EMERGENTE**

AUTOR: DOUGLAS DE ABREU SILVA

**RIO DE JANEIRO
2009**

**O BRASIL NO GRUPO DOS BRICs: DESAFIOS DE UMA
ECONOMIA EMERGENTE**

DOUGLAS DE ABREU SILVA

Monografia para aprovação apresentada à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial necessário para a obtenção do título de Bacharel em Administração

Orientador: Prof. Geraldo Luiz dos Reis Nunes

RIO DE JANEIRO
2009

TERMO DE APROVAÇÃO

**O BRASIL NO GRUPO DOS BRICs: DESAFIOS DE UMA
ECONOMIA EMERGENTE**

DOUGLAS DE ABREU SILVA

Monografia para aprovação apresentada à Faculdade de Administração e Ciências Contábeis da Universidade Federal do Rio de Janeiro como requisito parcial necessário para a obtenção do título de Bacharel em Administração

Aprovado em: ____ / ____ / 2010

Professor Orientador: Geraldo Luiz dos Reis Nunes

Professor Avaliador: Vitor Mario Iorio

RIO DE JANEIRO
2009

RESUMO

Silva, Douglas de Abreu. **O Brasil no grupo dos BRICs: desafios de uma economia emergente**. Rio de Janeiro, 2010. Monografia (Graduação em Administração) – Departamento de Administração, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

O presente estudo visa mostrar quais são os desafios que o Brasil possui para alcançar um alto nível de desenvolvimento econômico. Apesar de o país atualmente ser considerado por muitos economistas uma potência emergente, o trabalho deixa claro que ainda existe um longo caminho a ser trilhado para que se alcancem indicadores elevados de desenvolvimento.

Palavras-chave: Desenvolvimento econômico, BRICs, Desafios

ABSTRACT

This study aims to show what are the challenges that Brazil has to reach a high level of economic development. Although the country currently being considered by many economists an emerging economic power, the work makes clear that there is still a long way to go to the attainment of high indicators of development.

Key words: Economic development, BRICs, Challenges

SUMÁRIO

1. Introdução	7
1.1 Considerações iniciais:	7
1.2 Relevância do estudo:	7
1.3 Objetivo do estudo e Metodologia:	9
2. Breve histórico da economia brasileira	9
2.1 A economia agroexportadora	10
2.2 O modelo de substituição de importações	11
2.3 A crise e o milagre econômico	12
2.4 O II Plano Nacional de Desenvolvimento e o início da crise da década de 1980	14
2.5 Os planos de estabilização no combate à inflação	15
2.6 O Plano Real e o comportamento recente da economia brasileira	17
3. O Brasil e o grupo dos BRICs	19
3.1 Projeções:	21
3.2 Condições para o crescimento	23
3.2.1 Estabilidade macroeconômica	23
3.2.2 Instituições	23
3.2.3 Abertura comercial	24
3.2.4 Educação	24
3.3 Considerações sobre os BRICs	24
4. Desenvolvimento econômico	27
4.1 As etapas do desenvolvimento	27
4.1.1 Impulsionada por fatores	28
4.1.2 Impulsionada por investimento	29
4.1.2.1 O governo na fase do investimento	30
4.1.3 Impulsionada pela inovação	30
4.1.4 Impulsionada pela riqueza	32
5. Principais desafios ao desenvolvimento brasileiro	34
5.1 Educação, ciência e tecnologia	34
5.2 Infra-estrutura	37
5.3 Carga tributária	39
5.4 Corrupção	41
6. Considerações finais	43
7. Referências Bibliográficas	45

1. Introdução

1.1 Considerações iniciais:

Sabe-se que o mundo contemporâneo se encontra em estágio de interdependência econômica, causada pelo processo de globalização. Conseqüentemente, observa-se maior integração entre as nações nos aspectos político, social e, em alguns casos, cultural.

Com o fim da Guerra Fria, houve uma reestruturação geopolítica e a chamada Ordem Mundial deixou de ser baseada no conflito capitalismo x socialismo. Com a globalização, emerge um mundo multipolar, em que novos centros de poder passam a ser relevantes, sobretudo no campo político-econômico.

De acordo com Yves Lacoste:

É impossível, hoje, compreender um mundo cada vez mais complexo, se acreditarmos que há somente uma única maneira de o representar ou se nos limitarmos, apenas, a uma representação globalizante. As grandes 'visões' que frisam a oposição entre o centro e a periferia, o norte e o sul, entre aquilo que, até ontem, chamávamos de leste e oeste, são certamente úteis. Contudo, mostram-se cada vez mais insuficientes, por serem demasiadamente esquemáticas. Faz-se necessário combinar as diferentes representações do mundo.

Para Sene e Moreira (1998), a globalização atua de forma desigual entre os países, visto que alguns estão mais preparados para essa integração do que outros. Além disso, ao mesmo tempo em que esse processo se desenvolve globalmente, também se aprofundam relações entre países que possuem similaridades. São criados blocos que buscam eliminar barreiras através do estabelecimento de acordos que por vezes resultam em mercados comuns, uniões aduaneiras ou simplesmente em zonas de livre comércio.

1.2 Relevância do estudo:

No mundo atual, que caminha continuamente para um processo de despolarização político-econômica, é importante observar os novos "atores" que surgem no cenário geopolítico, analisando-se as causas que os permitiram conquistar tal importância.

Segundo Racy (2006), o desenvolvimento do sistema mundial no pós-guerra, configurando nova ordem de relacionamentos e culminando na globalização, foi motivo para o desenvolvimento de perspectivas de análise das relações internacionais, que incorporariam a observação de novos e importantes atores e papéis na determinação dessas relações.

Quadro 1: Evolução do Sistema Internacional

Período	Característica	Centros de Poder	Expressão dos conflitos
Sécs. XV a XVIII	Multipolar includente	Inglaterra/Portugal/Espanha França/Holanda	Militar e econômica (Guerras localizadas e pirataria)
Séc. XIX	Bipolar includente	Inglaterra e França	Política/psicossocial Econômica/militar (Guerras por independência)
Séc. XX 1ª metade	Multipolar Excludente/Includente	Inglaterra/França/Alemanha Estados Unidos/Japão	Econômica e militar (Primeira/Segunda Guerra Mundial)
2ª metade	Bipolar Excludente/Includente	EUA/URSS	Econômica e militar Militar e econômica
Séc. XXI	Unimultipolar	EUA/União Europeia/Ásia	Econômica e política

Fonte: Racy, 2006, p.11

Percebe-se que um grupo de países vem ganhando visibilidade devido ao bom desempenho de suas economias nos últimos anos. São os chamados países-baleia ou países de economia emergente: Brasil, Rússia, Índia e China. O economista inglês Jim O'Neill criou, em um estudo no ano 2001 - realizado para o banco de investimentos Goldman Sachs - um acrônimo para designá-los: BRICs. Esse estudo projetou o crescimento dos PIBs desses países para os próximos 50 anos e constatou que, mantidas as condições que permitem seu sucesso econômico, elas serão as seis maiores economias do mundo, juntamente com Estados Unidos e Japão.



Figura 1: Os países BRICS: Brasil, Rússia, Índia e China
Fonte: <<http://pbrasil.wordpress.com/2010/04/16/o-pac-dos-emergentes/>>

1.3 Objetivo do estudo e Metodologia:

O presente estudo visa identificar quais são os pontos desfavoráveis, que se apresentam como um freio ao desenvolvimento econômico, se constituindo assim em desafios que impedem perspectivas mais otimistas para o crescimento brasileiro.

Também se objetiva entender o motivo da criação do acrônimo BRICS, analisando-se as semelhanças e particularidades de cada nação do grupo e, finalmente, concluir se esse conceito é relevante no que diz respeito aos planos do país em relação a sua inserção como um ator geopolítico relevante.

Para alcançar tais objetivos, procurou-se abordar os estágios de desenvolvimento econômico e as características das nações que se encontram em cada fase. Para isso, identificou-se o atual estágio de desenvolvimento econômico que o Brasil apresenta, através de um breve histórico analítico-descritivo das diferentes fases pelas quais a economia brasileira passou.

2. Breve histórico da economia brasileira

O Brasil possui uma economia sólida e globalizada, ocupando hoje a nona posição no ranking mundial de acordo com o método do PIB nominal e a oitava posição, pelo método da Paridade do Poder de Compra.

É importante, antes de se apresentarem esses valores, analisar os fatores históricos que permitiram o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro, bem como suas implicações nos diferentes períodos.

Para que sejam expostas as ações mais relevantes ocorridas em cada época, esse capítulo será dividido em seis fases econômicas distintas.

2.1 A economia agroexportadora

A geração de renda brasileira se deu basicamente por meio de exportação de gêneros agrícolas, tais quais açúcar, algodão, borracha e principalmente, o café até 1930. Desde o Período Imperial (1822-1889) até o fim da República Velha (1889-1930), o café era o principal produto da economia, tendo sua produção concentrada na região sudeste do país e empregando boa parte da mão-de-obra, que existia em excesso, formada, sobretudo por ex-escravos e imigrantes. Conseqüentemente, a remuneração dessa mão-de-obra era baixa e o nível de emprego da mesma dependia do nível da produção, que, por sua vez, variava de acordo com a demanda internacional pelo produto.

As oscilações causavam distúrbios na economia, os quais o governo tentava aplacar através de políticas específicas. Uma dessas medidas, adotada em 1906, foi o Convênio de Taubaté, que se caracterizava pelo controle da oferta através da formação de estoques reguladores. Também foi utilizada a desvalorização cambial visando à proteção dos lucros do setor. Quando o preço internacional do café diminuía, o câmbio era desvalorizado. Com isso, ocorria a superprodução sem que se notasse. Além disso,

havia uma alta generalizada dos preços dos produtos importados, que atingia praticamente toda a população.

As altas taxas de retorno que a economia cafeeira proporcionava faziam com que houvesse grande investimento no setor. Essa situação, combinada com a política de desvalorização cambial gerou uma crise de superprodução que foi ainda mais grave devido à queda do preço do café no mercado internacional, que ocorreu a partir da crise deflagrada pela quebra da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929.

O modelo agroexportador brasileiro teve de ser revisto e ficou clara a necessidade de adoção de um novo projeto de desenvolvimento econômico para o país.

2.2 O modelo de substituição de importações

A crise da década de 1930 alterou o modelo de desenvolvimento econômico brasileiro. As atividades econômicas deixaram de visar o mercado externo e passaram a se concentrar no atendimento ao mercado consumidor interno. Isso se deu, especialmente, devido à adoção de duas políticas: (i) a de defesa do café, que consistia na estocagem e queima do produto, financiada pela emissão de moeda e (ii) pelo crédito.

Apesar da diminuição da importância desse produto para a economia, essa política perdurou até o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1944. Além disso, também foi adotada a política de deslocamento da demanda, caracterizada pela desvalorização cambial, o que encarecia produtos importados e forçava a busca por nacionais. Com isso, a rentabilidade da indústria brasileira aumentava e, conseqüentemente, houve aumento nos investimentos no setor industrial. Esse modelo causou estrangulamento externo, pois, embora a rentabilidade da indústria fosse crescente, havia maior demanda por matérias-primas e equipamentos por parte da mesma. O governo se utilizou de mecanismos a fim de protegê-la, tais quais: (i) elevação de tarifas de importação,

criando protecionismo em relação aos produtos brasileiros; (ii) licença para importação e (iii) taxas múltiplas de câmbio.

O modelo de substituição de importações gerou diversos obstáculos ao crescimento econômico brasileiro, tais quais: (i) desigualdade social, originada pelo êxodo rural combinado à manutenção da estrutura fundiária e ao protecionismo em relação ao trabalhador urbano; (ii) desequilíbrio externo causado pela política cambial adotada; (iii) indústria nacional pouco competitiva, resultado do protecionismo governamental; (iv) escassez de investimentos; (v) inexistência de um sistema financeiro sólido e, principalmente, (vi) aumento do Estado, que se tornou responsável pelas principais ações que apoiavam o desenvolvimento da indústria: geração de infraestrutura e investimento no setor de insumos básicos, com a criação da Petrobras, da Companhia Vale do Rio Doce e da Companhia Siderúrgica Nacional.

Durante o governo de Juscelino Kubitschek houve a implantação do Plano de Metas, que consistia em um amplo programa de desenvolvimento que previa maciços investimentos estatais no setor de bens duráveis, tornando o Brasil um país atraente aos investimentos estrangeiros (SENE e MOREIRA, 1998). A implementação do plano foi caracterizada pelo grande investimento das estatais e incentivo à entrada do capital estrangeiro. Foi um período caracterizado por rápido crescimento econômico e mudanças na base produtiva da economia, além da rápida industrialização. Uma das heranças do Plano de Metas para o Brasil foi o aumento considerável da inflação. Além disso, teve ao menos dois resultados importantes: a consolidação do setor de bens de consumo duráveis e a inauguração de um modelo altamente concentrador de renda (MOTA e BRAICK, 2002).

2.3 A crise e o milagre econômico

No início da década de 1960, a instabilidade política afetou a expectativa econômica e diminuiu os investimentos. No plano político-social, essa instabilidade resultou no Golpe Militar de 1964.

A primeira medida no campo econômico adotada pelo governo militar foi a criação do Plano de Ação Econômica do Governo (Paeg), que tinha por objetivos básicos a retomada do crescimento e a contingência da inflação, pois em 1961 ela era de 33,2%, atingindo a casa dos 91,8% em 1964. Durante o Paeg, ela retrocederia para 22% em 1968 (LEITE e PEDROZA, 2006).

O Paeg instituiu três reformas: monetária, tributária e da política econômica.

As principais medidas da reforma monetária foram: (i) adoção da correção monetária na economia; (ii) criação do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil, com o objetivo de criar uma política monetária independente; (iii) criação do Sistema Financeiro da Habitação e do Sistema Nacional de Crédito Rural; e (iv) a reforma do mercado de capitais, definindo a atuação de cada agente econômico.

A reforma tributária se baseou em quatro elementos: (i) criação dos impostos sobre Produtos Industrializados (IPI), sobre Circulação de Mercadorias (ICM) e sobre Serviços (ISS); (ii) alocação dos impostos pelas esferas do poder; (iii) criação de fundos parafiscais, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o Programa de Integração Social (PIS), que tinham o papel de poupança compulsória; e, por último (iv) a correção monetária dos impostos.

No plano político econômico, o maior objetivo do plano era o aumento da participação do Brasil no comércio exterior e a atração de capital estrangeiro. Para isso o governo tomou medidas, tais quais: (i) política de incentivos fiscais para produtos exportáveis; (ii) unificação do sistema cambial; (iii) adoção do sistema de minidesvalorizações; (iv) sanção da lei que permitia a tomada de empréstimos

internacionais (Lei 4.131) e a resolução que permitia a captação de recursos externos pelos bancos comerciais (Resolução 63); (v) busca de aproximação com os Estados Unidos, a “Aliança para o Progresso”.

O Paeg foi bem-sucedido como plano econômico, pois criou as condições institucionais que se esperavam de um país industrializado, além de proporcionar condições de financiamento e dar início à internacionalização financeira do Brasil. Criou ainda, as bases para a retomada do crescimento econômico do período seguinte (1968-1973), que ficou conhecido como o Milagre Econômico. Nesse período, as altas taxas de crescimento foram financiadas pelo endividamento externo do país, que obteve empréstimos favorecido pelo momento de liquidez internacional e taxas de juros abaixo do nível normal. Além disso, fatores como crescimento do investimento das estatais, ampliação do mercado consumidor, investimento público em infra-estrutura, aumento da construção civil e crescimento das exportações e da capacidade de importação, foram determinantes para o crescimento que marcou esse período (IBGE, 2006).

2.4 O II Plano Nacional de Desenvolvimento e o início da crise da década de 1980

A década de 1970 foi marcada pelas crises internacionais, como a do sistema Bretton Woods e do petróleo em 1973.

A expansão da economia brasileira era dependente de uma situação externa favorável. Tornou-se necessário optar por frear o crescimento através de controle da demanda ou mantê-lo com financiamento externo. Por motivos políticos, foi escolhida a segunda opção. Para tanto, foi lançado o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), cuja principal meta era a manutenção dos índices de crescimento em torno de 10% ao ano. Uma característica importante foi a transferência de prioridade da produção de bens de consumo duráveis para a produção de bens de capital e insumos básicos.

Esse período foi caracterizado pelos grandes projetos financiados pelo Estado, como Itaipu e Carajás, que deveriam gerar efeito multiplicador de investimento no setor privado. Essa fase ficou conhecida na literatura econômica como “economia brasileira em marcha forçada”.

A participação do Estado na economia aumentou ainda mais. O governo financiava o setor privado e assumia o passivo da economia com objetivo de continuar colocando em prática as metas do PND.

Esses fatores levaram a economia brasileira à seguinte situação no final da década de 1970: forte crise cambial, altos déficits das estatais e pressões inflacionárias.

Além disso, a segunda crise do petróleo em 1979 e a elevação das taxas de juros internacionais aumentaram os juros da já elevada dívida externa brasileira. Com a diminuição do crédito internacional e o aumento da dívida, procurou-se gerar superávits externos através de: aumento da taxa de juros interna e contenção do crédito, desvalorização cambial e redução do salário real.

O país entrou em profunda recessão e houve aceleração da inflação a partir de 1982. No plano político-social, ganhava força a opção pela moratória da dívida externa.

2.5 Os planos de estabilização no combate à inflação

Durante a década de 1980, a inflação foi o maior problema da economia brasileira e, para os governos, a principal meta era o combate ao processo inflacionário. Além desse problema, o país enfrentava grande turbulência política.

A partir de fevereiro de 1986, com o agravamento da situação, foram adotadas medidas como: (i) congelamento dos preços, (ii) taxa de câmbio fixada, (iii) salários convertidos pelo poder de compra dos últimos seis meses com acréscimo de 8% e, para o salário mínimo, acréscimo de 16%. Essas práticas formaram o Plano Cruzado, e, inicialmente, foram eficazes no combate à inflação.

O aumento da taxa de crescimento econômico fez com que houvesse aumento da demanda agregada. Com isso e com a defasagem dos preços, a oferta ficou comprometida, especialmente para produtos como carne, leite e automóveis.

Com o Plano Cruzado II, o governo tentou controlar a demanda através de políticas fiscais e aumento das taxas de juros. Houve desaquecimento da economia e desequilíbrio nas contas externas. Essa situação levou o país a decretar moratória em fevereiro de 1987. Na tentativa de conter a crise, foi criado em julho de 1987 o Plano Bresser, que instituiu uma série de medidas aliadas à manutenção da política monetária e fiscal. O resultado foi a queda na taxa de inflação, porém a produção industrial ficou comprometida.

As pressões decorrentes do insucesso do Plano Bresser levaram à criação do Plano Verão, em janeiro de 1989, com a instituição do Cruzado Novo como moeda e taxa de câmbio fixa, equiparando a moeda nacional ao dólar. Porém, com a aproximação das eleições não foram adotadas medidas restritivas e o descontrole fiscal levou ao descontrole monetário, com a inflação chegando a 80% ao mês. Dessa forma, os agentes econômicos tentavam se proteger da rápida desvalorização monetária com a compra de dólares, imóveis e realização do consumo. A única forma de controle das variações monetárias era o *overnight*.

No plano político, houve a eleição de Fernando Collor de Mello e, logo no início do mandato, foram adotadas medidas como: (i) confisco da liquidez através de bloqueio de metade dos depósitos à vista e um terço dos depósitos de poupança; (ii) ampliação da base tributária; (iii) suspensão de subsídios e incentivos fiscais; (iv) abertura comercial com diminuição das tarifas de importação e (v) início do programa de privatização das estatais. A falta de incentivo à exportação e o aumento do preço internacional do barril de petróleo, causado pela Guerra do Golfo, geraram deterioração da balança comercial,

com consequente desvalorização da moeda nacional e a volta do processo inflacionário, fato que o Plano Collor II não foi capaz de combater.

Escândalos políticos culminaram com o afastamento de Collor do cargo de Presidente da República e com a ocupação do vice Itamar Franco. Em 1993, Fernando Henrique Cardoso assume o Ministério da Fazenda e dá início à criação do Plano Real, por meio da implementação do Plano de Ação Imediata (PAI) e da criação do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), visando, principalmente, conter os gastos de estados e municípios.

2.6 O Plano Real e o comportamento recente da economia brasileira

Durante 1993 e 1994, havia significativa entrada de capitais na economia, o que aumentava o volume de reservas cambiais. As contas fiscais equilibradas e a abertura comercial favoreciam a implementação do Plano Real.

As principais medidas adotadas pelo Plano foram: mudança gradual da moeda, sem choques ou congelamentos e ajuste fiscal de caráter temporário pelo PAI, que determinava cortes nos gastos públicos e aumento da arrecadação.

Em 1º de julho de 1994 foi criado o real, igualado a 1 dólar. O governo aumentou os juros, restringiu o crédito e valorizou a taxa de câmbio, tornando-a fixa com o dólar. Consequentemente, houve uma brusca queda na taxa de inflação e expansão da atividade econômica decorrente do aumento da demanda interna. Esse aumento da demanda causou déficit em transações correntes. O governo, através da restrição ao crédito, tentou controlar a demanda mas não obteve sucesso.

A crise da economia mexicana em 1994 afetou a economia brasileira e a taxa de câmbio foi desvalorizada em 6%. A política monetária passou a nortear a tomada de decisões na economia.

Com a crise asiática de 1997, continuou-se a tomar medidas restritivas nos campos fiscal e monetário e a taxa de desemprego aumentou consideravelmente, atingindo 8% da População Economicamente Ativa (PEA). Com a crise econômica na Rússia em 1998, a situação piorou devido à perda de US\$ 30 bilhões das reservas brasileiras. A iminente desvalorização cambial se fazia necessária. Logo após a reeleição de Fernando Henrique Cardoso, o governo decidiu pela adoção do câmbio flexível. A moeda sofreu uma forte desvalorização e, para evitar a inflação, o governo aumentou a taxa de juros. Esse aumento provocou elevação nos fluxos de capitais e melhora no saldo do balanço de pagamentos.

Para Leite e Pedroza (2006), o Plano Real foi muito bem-sucedido quanto à estabilização da economia, mas não conseguiu resolver o problema da dívida pública nem da alta desigualdade de renda.

Nesse período, o Brasil também aumentou sua integração com os países vizinhos, através do Mercado Comum do Sul (Mercosul). Também se aproximou mais da América Latina e da União Europeia e teve papel destacado na Rodada Uruguai do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (Gatt), que deu origem à Organização Mundial do Comércio (OMC).

3. O Brasil e o grupo dos BRICs

O acrônimo BRIC foi designado pelo economista britânico Jim O’Neill e se refere aos quatro países considerados atualmente potências emergentes: Brasil, Rússia, Índia e China. Esses países apresentam semelhanças e diferenças entre si e, apesar de seus representantes ultimamente terem intensificado o diálogo, não constituem um bloco econômico ou mesmo um grupo unido em prol de algum objetivo comum no âmbito internacional. São também chamados de países-baleia, pois apresentam grande extensão territorial, elevado contingente populacional (China e Índia são os dois maiores países do mundo em termos populacionais, com mais de 1 bilhão de habitantes cada), inserção na globalização, dualismo social e altas taxas de crescimento. Fazem parte da chamada “segunda geração de emergentes”.

As tabelas abaixo mostram os números da população, área geográfica, crescimento econômico recente (a partir da década de 1990) e suas respectivas participações no PIB da economia mundial.

	Número de Habitantes	(% do Total do Mundo)
Brasil	192	2,9
Rússia	142	2,1
Índia	1140	17,0
China	1326	19,8
BRICS Total	2800	41,8

Fonte: CEPAL/IPEA

Brasil	8,5
China	9,6
Índia	3,3
Rússia	17,1

Fonte: CEPAL/IPEA

Comparando essas duas tabelas, nota-se uma diferença em termos de densidade demográfica entre esses países. Na Índia, a proporção é de 345 habitantes por Km², na China são 138 habitantes por Km². No Brasil, essa proporção é de 22,6 habitantes por Km², caindo para 8 habitantes por Km² na Rússia. Essa concentração pode se refletir tanto no aparato produtivo, quanto no custo da mão-de-obra ou dos estímulos de demanda.

Tabela 3 - Taxa Média Anual de Crescimento do PIB (valores constantes de 2000)

	1990-1994	1995-1999	2000-2008	1990-2008
Brasil	2,7	1,4	4,1	3,0
Rússia	-10,3	-0,4	7,7	0,7
Índia	4,5	6,3	8,7	6,4
China	12,6	8,7	11,7	10,3

Fonte: CEPAL/IPEA

Tabela 4 - BRICS: Participação (%) no PIB Mundial, 1990-2008

	1990	2008
Brasil	2,1	2,1
Rússia	2,4	1,1
Índia	1,4	2,0
China	1,6	6,5

Fonte: CEPAL/IPEA

A tabela 3 apresenta as taxas anuais de crescimento do PIB dos quatro países, em que se nota o bom desempenho das economias de China e Índia. O Brasil teve crescimento médio de 3% ao ano durante o período analisado. A Rússia tem crescimento positivo apenas no período 2000-2008, pois atravessou forte recessão após o fim da União Soviética.

A tabela 4 mostra um aumento da participação desses países na economia global (observando-os de forma agregada), especialmente devido ao grande avanço da China no cenário internacional. A Índia aumentou sua participação de forma mais modesta, o Brasil manteve o mesmo peso na economia internacional, enquanto a Rússia caiu, em 2008, para menos da metade do que era em 1990.

3.1 Projeções:

A escolha desses países para a composição do desse grupo não se deu de maneira aleatória, mas baseada em um modelo que levou em conta: projeções demográficas, acumulação de capital e crescimento produtivo dos mesmos.

Foram projetados aspectos como o crescimento dos respectivos PIBs e da renda *per capita* de suas populações até o ano de 2050. Os resultados são surpreendentes.

Caso as projeções se concretizem, os países BRIC terão, em menos de quarenta anos, maiores economias do que os países que atualmente compõem o G-6, os países mais desenvolvidos na atualidade. Hoje, a soma das riquezas dos BRICs representa 15% do que possuem o G-6. Destes, apenas Estados Unidos e Japão estarão juntos àqueles no grupo das maiores economias do mundo em 2050.

Quadro 2: Produto Interno Bruto Nominal

Produto Interno Bruto nominal (em trilhões de dólares)					
2006		2025		2050	
1º - Estados Unidos	13,2	1º - Estados Unidos	20	1º - China	70
2º - Japão	4,3	2º - China	18,4	2º - Estados Unidos	38,5
3º - Alemanha	2,8	3º - Japão	5,6	3º - Índia	37
4º - China	2,7	4º - Índia	4,3	4º - Brasil	11,3
5º - Reino Unido	2,3	5º - Alemanha	3,6	5º - México	9,3
6º - França	2,2	6º - Rússia	3,34	6º - Rússia	8,5
7º - Itália	1,9	7º - Reino Unido	3,33	7º - Indonésia	7
8º - Canadá	1,3	8º - França	3	8º - Japão	6,6
9º - Brasil	1	9º - Brasil	2,8	9º - Reino Unido	5,1
10º - Rússia	0,98	10º - Itália	2,32	10º - Alemanha	5
11º - Índia	0,9	11º - México	2,3	11º - Nigéria	4,6
12º - Coreia do Sul	0,89	12º - Coreia do Sul	1,86	12º - França	4,59

Fonte: Elaboração própria com base nas projeções do Goldman Sachs

O desenvolvimento econômico dos BRICs se dará durante todo o período projetado pelo estudo, que utilizou o período de 2001-2050. Porém, será mais notável durante os trinta primeiros anos. Destes quatro países, apenas a Índia deverá crescer a taxas significativamente maiores do que 3% ao ano depois de 2050.

Cabe ressaltar que o crescimento econômico não necessariamente será convertido em melhores condições de vida para a população, já que o quadro do PIB *per capita* não é o mesmo do PIB nominal. Os indivíduos dos países BRIC serão, na média, mais pobres do que os habitantes dos países atualmente desenvolvidos, caso as projeções se concretizem. A exceção se aplicará à Rússia, que apresentará uma média maior do que Canadá, França, Alemanha e Japão, por exemplo, em 2050. Além disso, a Índia não estará entre os 12 maiores PIBs *per capita*, mesmo possuindo o terceiro maior PIB nominal do mundo.

Quadro 3: Produto Interno Bruto *per capita*

PRODUTO INTERNO BRUTO <i>per capita</i> (em dólares)					
2006		2025		2050	
1º - Estados Unidos	44.379	1º - Estados Unidos	57.446	1º - Estados Unidos	91.683
2º - Reino Unido	38.108	2º - Reino Unido	52.220	2º - Coreia do Sul	90.294
3º - Canadá	38.071	3º - Canadá	48.621	3º - Reino Unido	80.234
4º - França	36.045	4º - França	48.429	4º - Rússia	78.576
5º - Alemanha	34.588	5º - Japão	46.419	5º - Canadá	76.002
6º - Japão	34.021	6º - Alemanha	45.033	6º - França	75.253
7º - Itália	31.123	7º - Itália	41.358	7º - Alemanha	68.253
8º - Coreia do Sul	18.161	8º - Coreia do Sul	36.813	8º - Japão	66.846
9º - México	7.918	9º - Rússia	26.061	9º - México	63.149
10º - Rússia	6.909	10º - México	17.685	10º - Itália	58.545
11º - Brasil	5.657	11º - Brasil	12.996	11º - Brasil	49.759
12º - Turquia	5.545	12º - China	12.688	12º - China	49.650

Fonte: Elaboração própria com base nas projeções do Goldman Sachs

Esse crescimento acima da média dos BRICs poderá ser o contrapeso de um freio no crescimento dos atuais países desenvolvidos, causado pelo envelhecimento da população e mesmo diminuição, em números absolutos, da mesma, problema que já atinge esses países.

Devido ao aumento do crescimento, os BRICs deverão concentrar os investimentos estrangeiros nos próximos anos. Maiores rendas determinam mudança no padrão de consumo, elevando a demanda por bens superiores. Com um amplo mercado consumidor, esses países serão interessantes para as companhias globais, embora, no futuro, não se possa estabelecer uma relação tão forte entre o tamanho da economia e

poder de compra da população, o que tornará as decisões estratégicas das empresas muito mais complexas.

3.2 Condições para o crescimento

Para a concretização dessas projeções, a principal condição que se impõe é que os BRICs mantenham políticas e desenvolvam instituições que dão suporte ao crescimento. Cada país tem desafios específicos significativos a superar para manter o desenvolvimento econômico. Ou seja, os números apresentados não serão naturalmente alcançados. Grandes esforços deverão ser empenhados no objetivo de se alcançar o projetado.

O crescimento tem maior potencial através de maior escolaridade e expectativa de vida, baixos gastos governamentais, leis que dêem suporte às instituições, baixa inflação e melhoria das regras de comércio. De fato, esses fatores estão interligados, uma vez que para a implementação de políticas macroeconômicas estáveis, é necessário apoio das instituições. E estabilidade macroeconômica, por sua vez, é crucial para o comércio exterior e sem estabilidade nos preços (controle de inflação), raramente um país alcança sucesso na liberalização e expansão do comércio.

3.2.1 Estabilidade macroeconômica

Um ambiente macroeconômico instável pode atrapalhar o crescimento através de distorções nos preços e nos incentivos. A inflação desestimula o crescimento, desencorajando a poupança e o investimento. Um ponto-chave nessa questão é a estabilidade dos preços, alcançada através de redução do déficit fiscal, controle da política monetária e realinhamento da taxa de câmbio.

3.2.2 Instituições

Instituições afetam a eficiência de uma economia tanto quanto a tecnologia: instituições mais eficientes permitem que se produza mais com menos.

Nesse sentido, instituições incluem: sistema legal, mercado funcional, sistema educacional e de saúde, instituições financeiras e burocracia governamental. Políticas econômicas fracas são reflexo de fatores institucionais falhos ao longo dos tempos.

3.2.3 Abertura comercial

A abertura ao comércio pode prover acesso a bens importados, novas tecnologias e mercados maiores. Geralmente, nota-se correlação positiva entre abertura econômica e bons índices de crescimento econômico.

3.2.4 Educação

Conforme as economias crescem, enfrentam a carência de trabalhadores qualificados para as funções que as novas empresas que surgem desempenham. Isso significa que maior escolaridade é um pré-requisito para um estágio mais avançado de desenvolvimento econômico. Esse fator será mais detalhado posteriormente pois representa um dos maiores desafios que a economia brasileira precisará superar visando o desenvolvimento.

3.3 Considerações sobre os BRICs

Conforme exposto anteriormente, esse grupo de países apresenta determinadas características comuns. O acrônimo em questão surgiu por se tratar de um grupo de nações que tem apresentado, nas últimas décadas, grandes taxas de crescimento econômico, especialmente no que se refere ao comércio exterior.

A China tem apresentado taxas muito mais expressivas de crescimento e seu desempenho não encontra paralelo em nenhum outro país atualmente. Embora em menor escala, a Índia também tem se destacado, apresentando taxas significativas de

crescimento do PIB. A Rússia, com sua pauta de exportações baseada no petróleo e gás natural, tem se beneficiado da alta dos preços desses produtos no mercado internacional. O Brasil, embora tenha apresentado bom desempenho durante a crise financeira internacional, é o país do grupo que tem apresentado piores desempenhos em relação às projeções originais. Nota-se que o crescimento brasileiro está demasiadamente atrelado ao chinês, já que a China é o maior importador das commodities brasileiras, especialmente minério de ferro e soja. China, Índia e Rússia tiveram um crescimento econômico médio de 8,5%; 5,7% e 6,8% ao ano no período 2000-2004, respectivamente, enquanto que o Brasil teve um crescimento econômico médio de 2,5% ao ano no mesmo período (FERRARI-FILHO e PAULA, 2006).

De acordo com Bevins (2010), deve-se questionar se o país não está demasiadamente dependente da exportação de bens primários que, no primeiro semestre desse ano, representaram 43,4% das exportações brasileiras, contra 22,8% no mesmo período de 2000.

Críticas ao agrupamento dos BRICs como um bloco surgem do fato de que existem mais diferenças do que semelhanças entre eles. Para Almeida (2009), os Brics “caminharão” em sentidos diferentes nas próximas décadas, ainda que a adesão desses países à economia mundial seja incontornável. Nesse sentido, apenas a China teria condições de se tornar uma economia efetivamente dominante, além de potência militar e tecnológica. A Rússia vem perdendo sua importância geopolítica desde o fim da União Soviética. Embora ainda conte com um arsenal militar – herança da Guerra Fria – depende de seus recursos naturais finitos e mesmo de uma demografia decrescente. Já a Índia terá o desafio de inserir centenas de milhões de pessoas que vivem em condições de extrema pobreza e em um regime cultural que impede a ascensão social. O

país compete com eficiência no mercado de serviços eletrônicos e tecnologia da informação, de alto valor agregado.

As conversas entre esses países vêm se firmando muito mais no sentido de fortalecerem o comércio bilateral entre os membros do que para a composição de um descabido bloco econômico. Essa formação seria inclusive não seria vantajosa para o Brasil, que teria um papel de exportador de *commodities*, dadas as relações que existem hoje no comércio com Rússia, Índia e China.

4. Desenvolvimento econômico

Para Porter (1989), o padrão de vida de um país depende, a longo prazo, de sua capacidade de atingir um alto nível de produtividade nas indústrias em que compete. Isso significa que um país não se torna economicamente desenvolvido por si só – embora o governo tenha papel importante nesse sentido, fato que será analisado posteriormente – mas cria condições para que as organizações existentes o façam. Tampouco significa que, tomadas as medidas recomendadas, o país poderá ser próspero, ou seja, competitivo, em todas as áreas econômicas.

Conforme estimula o desenvolvimento, através da criação de condições e estímulo para as empresas, o país encontra determinadas “vocações” em que se destacará e obterá vantagem competitiva em relação a outras nações. Esse destaque representa o aprimoramento, que, para Porter “é o movimento no sentido de fontes mais sofisticadas de vantagem competitiva e de posições em segmentos e indústrias de produtividade superior”. Ele também afirma que as economias nacionais evidenciam certo desenvolvimento competitivo que reflete as fontes características de vantagem das empresas do país na competição internacional.

4.1 As etapas do desenvolvimento

O desenvolvimento econômico é um processo que possui características distintas em relação à etapa em que determinada nação se encontra. A economia de um país pode se encontrar em quatro diferentes etapas, a saber: (i) impulsionada por fatores, (ii) impulsionada por investimento, (iii) impulsionada pela inovação e (iv) impulsionada pela riqueza.

Segue uma breve explicação sobre cada uma dessas etapas e as características que as diferenciam.

4.1.1 Impulsionada por fatores

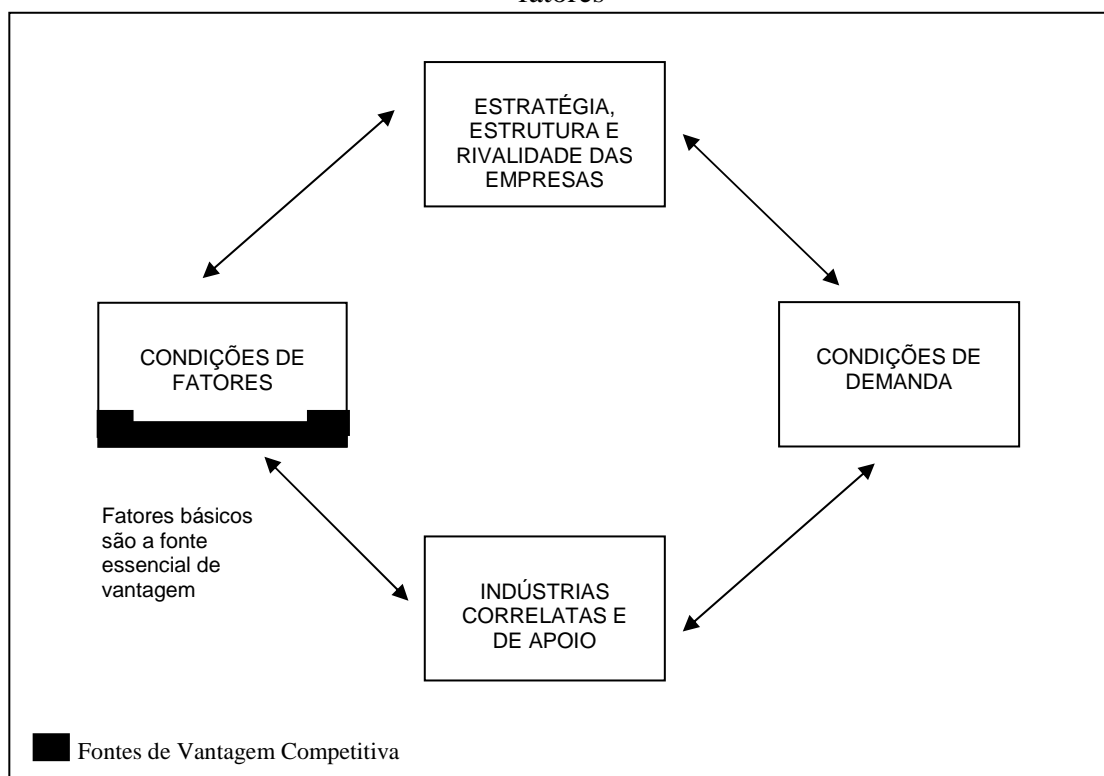
As indústrias bem sucedidas internacionalmente obtêm vantagem dos fatores de produção básicos, tais quais: recursos naturais, condições favoráveis à agricultura ou mão-de-obra barata.

Há uma limitação de indústrias e segmentos de indústrias em que as empresas de um país podem obter vantagem competitiva. Numa economia nesse estágio de desenvolvimento, a competição é baseada em preço. Os produtos não demandam tecnologia sofisticada. A tecnologia empregada não é criada no país em questão, mas importada de economias mais desenvolvidas.

Nessa etapa, a economia do país é altamente influenciada por fatores mundiais e pela taxa de câmbio, que impulsionam a demanda e o índice geral de preços.

Praticamente todos os países estiveram nessa fase de desenvolvimento em algum momento e, na verdade, a maioria das nações não consegue ir além.

Quadro 4: Economia impulsionada por fatores



Fonte: Porter (1998)

4.1.2 Impulsionada por investimento

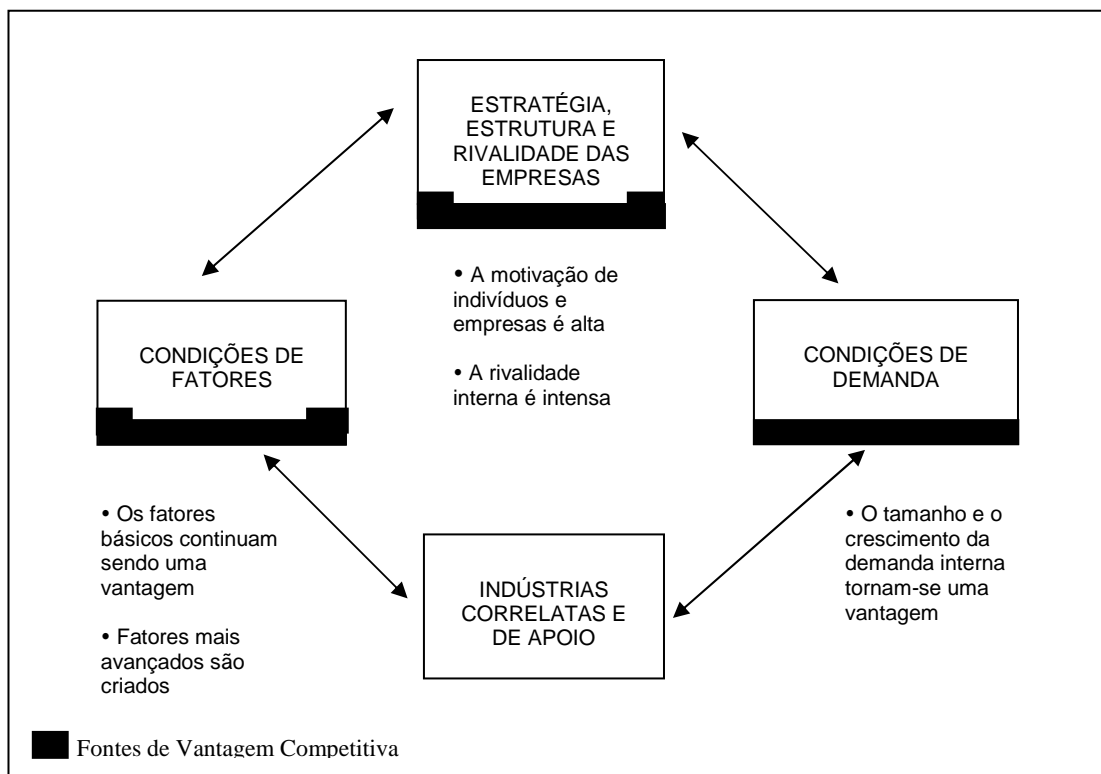
Nesse estágio, é a capacidade do país em investir em novas tecnologias que determina seu sucesso econômico. Isso se dá, principalmente, através de investimento no sentido de buscar adquirir essa capacidade tecnológica dos países mais avançados (através de licenças, empresas conjuntas ou outros meios que permitam a competição em indústrias e segmentos de indústrias mais sofisticados).

A tecnologia absorvida deve ser desenvolvida e impulsionada pelos investimentos para melhoria dos fatores e criação de infra-estrutura moderna. Qualificação de mão-de-obra é fundamental neste processo de desenvolvimento. A competição entre as indústrias é essencial para a melhoria desse processo.

Nessa etapa, a vantagem competitiva é obtida pela melhoria dos fatores e pela competição entre as empresas. Surgimento de mão-de-obra mais qualificada e presença de instituições educacionais e de pesquisa estão também incluídos nessa fase.

Pode-se inferir que o Brasil atualmente se encontra nessa etapa, pois não mais depende exclusivamente de seus fatores de produção básicos e tampouco atingiu o próximo patamar de desenvolvimento (inovação).

Quadro 5: Economia impulsionada por investimento



Fonte: Porter (1998)

4.1.2.1 O governo na fase do investimento

Esse modelo exige um consenso nacional favorável ao investimento e ao crescimento econômico – através de melhoria da qualidade dos fatores e investimento em outras pré-condições para o aprimoramento competitivo – a longo prazo. São necessárias decisões disciplinadas e duras por parte do governo, com visão de longo prazo como prioridade. Esse modelo foi adotado com sucesso pelo Japão após a II Guerra Mundial.

4.1.3 Impulsionada pela inovação

Nessa etapa, nota-se a concentração das economias dos países desenvolvidos, uma vez que representa um avanço em relação à etapa impulsionada pelo investimento.

Há um aumento da quantidade de indústrias e segmentos de indústrias, o que eleva a competição e a qualidade. O consumidor se torna mais sofisticado e, com o surgimento

de novas indústrias, também se eleva o conjunto industrial. Aumentam as inovações, bem como a qualidade das universidades e institutos de pesquisa.

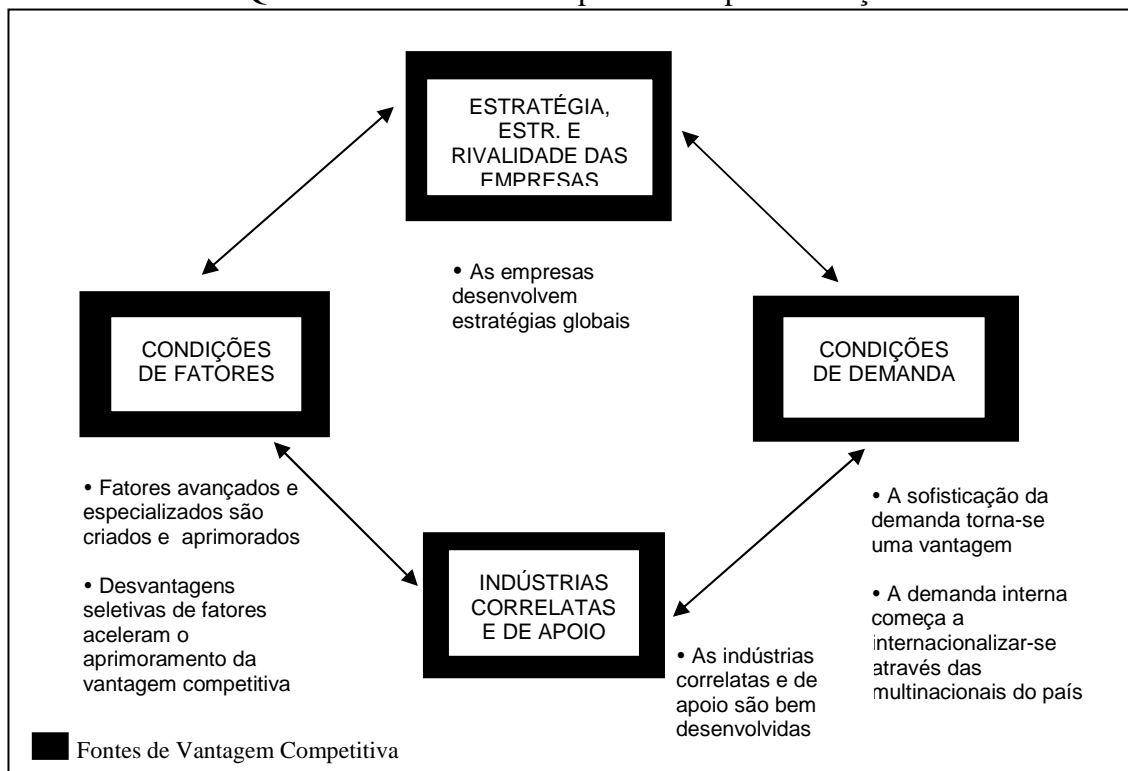
Tal fase é chamada impulsionada pela inovação porque as empresas criam tecnologia e novos métodos, em vez de simplesmente os importarem.

Nesse estágio, as empresas mais desenvolvidas apresentam necessidades de serviços mais sofisticados, como marketing e engenharia. Ao mesmo tempo, a variedade de indústrias permite intercâmbio de informações, aumentando a produtividade. Além disso, recursos humanos mais habilitados foram formados e dão sustentação ao processo de inovação.

Essa etapa é muito menos suscetível a variações macroeconômicas e fatores externos do que a anterior, além de o governo ter participação bem reduzida, com diminuta necessidade de intervenção.

Estados Unidos, Alemanha e Suécia são exemplos de países que se encontram em tal etapa desde o início do século XX.

Quadro 6: A economia impulsionada pela inovação



Fonte: Porter (1998)

4.1.4 Impulsionada pela riqueza

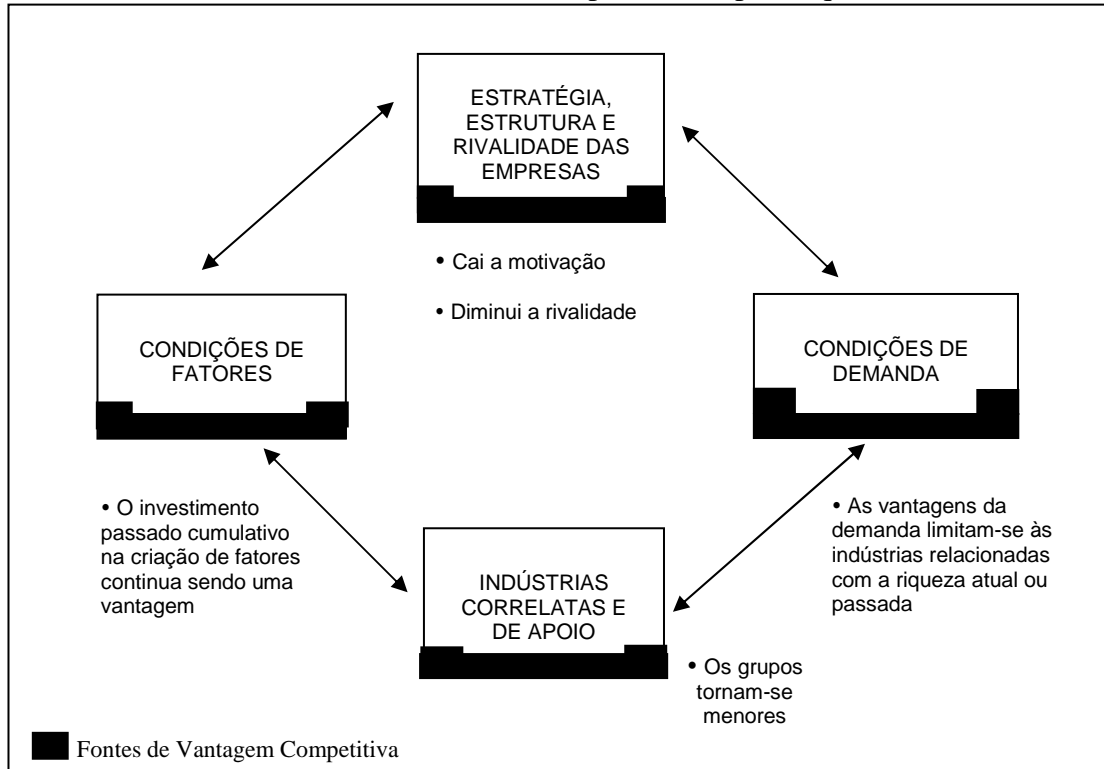
Na etapa de desenvolvimento impulsionada pela riqueza, as posições nos segmentos menos adiantados se perdem.

A força produtora nesse estágio é a riqueza que já foi obtida. Porém, essa riqueza não pode ser mantida, uma vez que a motivação de investidores e administradores diminui, de modo a enfraquecer o investimento contínuo, a inovação e, conseqüentemente, o aprimoramento. Isso resulta em um ciclo vicioso, já que a competição também diminui. Outro fator que contribui para a diminuição dos investimentos é frequente tributação da riqueza gerada.

Essa etapa também é marcada por um estreitamento do leque de indústrias nas quais o país conserva demanda sofisticada e avançada devido à riqueza acumulada.

A etapa de desenvolvimento econômico impulsionada pela riqueza é uma fase de paralisação e, por fim, de declínio do avanço competitivo.

Quadro 7: A economia impulsionada pela riqueza



Fonte: Porter (1998)

5. Principais desafios ao desenvolvimento brasileiro

As projeções realizadas deixam claro que o desenvolvimento econômico não será naturalmente alcançado. Embora os dados sejam otimistas, ao dizer que com a manutenção das políticas atualmente empregadas, o desenvolvimento econômico será consequente, também deixam claro que esse progresso não se refletirá na vida da população. Em termos gerais, o crescimento econômico colocará o Brasil entre os países com maior PIB, mas não entre aqueles em que seus habitantes possuem um padrão de vida elevado.

Abaixo, se identificam os fatores que se constituem como grande entrave ao desenvolvimento brasileiro e limitam sua competitividade internacional. São setores que merecem atenção especial e investimentos, pois podem, além de impulsionar a economia, melhorar de forma significativa a qualidade de vida da população, caso apresentem avanço.

5.1 Educação, ciência e tecnologia

A educação é o setor da sociedade capaz de desenvolver recursos humanos com conhecimentos e habilitações em constante desenvolvimento. A qualidade desses recursos está diretamente ligada ao desenvolvimento econômico, pois permite ao país competir internacionalmente em segmentos mais adiantados.

A melhoria contínua do sistema educacional constitui uma questão de economia, e não apenas política social. O desenvolvimento do setor educacional deve, portanto, estar relacionado ao sistema produtivo, para que se constitua, de fato, uma vantagem.

No Brasil, a situação é crítica e apresenta características tais quais: baixos salários, superlotação de salas de aula, desvalorização profissional e falta de propostas

pedagógicas de qualidade. Essa desvantagem gera um enorme ônus, pois compromete a eficiência do sistema educacional.

Para que o sistema educacional seja eficiente, devem-se focalizar esforços no sentido de incentivar maiores dispêndios em campos que atendam as necessidades do país de acordo com suas peculiaridades.

Os seis pilares que tornam a política educacional de um país mais eficaz são:

- ✓ Padrões educacionais altos: para que seja alcançado alto desempenho, os padrões educacionais do país devem ser elevados. A fixação desses padrões é um importante papel que os governos das nações que desejam se tornar mais competitivas deve estabelecer.
- ✓ Prestígio e valorização do ensino como profissão: Sem professores competentes e bem remunerados, não é possível estabelecer altos padrões educacionais. O ensino deve ser uma atividade atraente do ponto de vista da remuneração para que possa atrair bons profissionais no mercado de trabalho.
- ✓ Educação e treinamento com orientação prática: As habilitações necessárias devem ser recebidas pelos estudantes para que estes se tornem atores importantes na economia. Para que os treinamentos recebidos pelos profissionais da empresa possam ser eficientes, estes devem estar aptos a absorver as informações da melhor maneira. São particularmente vitais disciplinas como: matemática, línguas e redação, ciências básicas e computação. Os padrões mínimos têm aumentado constantemente, bem como as inovações tecnológicas.
- ✓ Qualificação além da universidade: A maioria dos profissionais não adquire diplomas de formação mais avançada. Porém, é necessário que

outros tipos de conhecimentos complementem a formação, visando atender o constante desenvolvimento de habilidades especializadas exigidas pela indústria. Nesse sentido, universidades técnicas e escolas profissionais são boas alternativas, e são utilizadas com sucesso por países em estágios mais avançados de desenvolvimento econômico.

- ✓ Ligação entre instituições educacionais e empregadores: Uma forma de garantir que o conhecimento gerado no campo acadêmico seja fator de desenvolvimento é o estabelecimento de ligações entre a indústria e as universidades ou escolas técnicas. Isso permite aos jovens estudantes experiência prática nas organizações, além de possibilitar aos centros de ensino flexibilidade para adaptação às necessidades especializadas das indústrias locais.
- ✓ Treinamento interno nas organizações: As empresas bem-sucedidas desempenham papel próprio no que diz respeito à educação e treinamento de seus funcionários. Com isso, o governo não deve desestimular os investimentos das organizações que exercem esse tipo de papel por meio de políticas que tributam as vantagens provenientes desse tipo de treinamento.

O desenvolvimento da ciência e da tecnologia também é fator determinante para aprimoramento econômico de um país. É essencial para a eficiência no sentido de obter preços mais elevados, consequência de valor agregado superior. O estímulo às melhorias no setor de ciência e tecnologia é papel do governo, pois os benefícios são maiores do que os obtidos pelas empresas. Isso porque o conhecimento generalizado traz benefícios a toda população, enquanto as empresas buscarão, invariavelmente,

manter as descobertas como fonte de diferenciação e vantagem em relação às suas rivais.

Também para a área de ciência e tecnologia existem características para uma política eficiente, tais quais:

- ✓ Equilíbrio entre política de ciência e tecnologia e padrões de vantagem competitiva na indústria do país: a política voltada para ciência e tecnologia deve ser coerente com o tipo de indústrias competitivas que existem no país. Isso significa que quanto mais esforços forem feitos na tentativa de concentrar esforços de pesquisa voltados para campos em que o país já tenha vantagens superiores, mais eficientes esses esforços serão.
- ✓ Ênfase na pesquisa universitária: a pesquisa universitária oferece vantagens a um nível crescente de produtividade. As pesquisas oriundas de universidades são mais voltadas para o mercado do que as realizadas por laboratórios do governo. Além disso, os pesquisadores de universidades geralmente compreendem melhor as necessidades do mercado.

Além dessas duas políticas, também é recomendável que haja fortes ligações entre as instituições de pesquisa e a indústria, pois a ênfase nas tecnologias que sejam comercialmente relevantes ajuda na criação e manutenção de vantagens para o país.

5.2 Infra-estrutura

A indústria de um país depende de uma moderna e constantemente aperfeiçoada infra-estrutura, particularmente nos setores de energia, transportes, logística e telecomunicações. São setores fundamentais na introdução de tecnologias mais avançadas e facilitam a competição internacional. O papel de fomentador da infra-

estrutura tem sido desempenhado pelo governo na maioria dos países, embora as últimas décadas a privatização seja cada vez mais frequente.

Para Rigolon (1998), o investimento em infra-estrutura promove o crescimento econômico porque aumenta o retorno dos insumos privados. A produtividade destes fatores aumenta, bem como sua remuneração, o que estimula o investimento e o emprego.

Apesar de contar com uma matriz energética considerada limpa, baseada majoritariamente em fontes renováveis de energia, investimentos precisam ser feitos em infra-estrutura caso se planeje um crescimento maior do que 5% ao ano. Oferta insuficiente de energia impede a ampliação da capacidade produtiva.

Outro setor em que problemas substanciais são encontrados é o de transportes e logística.

Historicamente, a decisão governamental foi a de estabelecer no Brasil uma matriz de transporte baseada no rodoviarismo, o que se mostrou ineficiente. Devido à sua extensão territorial, o Brasil deveria ter como principal modal o transporte ferroviário, por este apresentar custos muito inferiores em comparação ao rodoviário.

Nos quadros abaixo, mostram-se as divisões modais utilizadas pelos maiores países em extensão territorial e o custos comparativos entre modais, reforçando a crítica ao modelo adotado pelo Brasil.

Quadro 8: Divisão da matriz de transporte

Pais	Ferrovário (%)	Rodoviário (%)	Hidroviário (%)	Extensão territorial (1.000 km ²)
Rússia	81	8	11	17,0
Canadá	46	43	11	9,2
Austrália	43	53	4	7,6
EUA	43	32	25	9,2
China	37	50	13	9,6
Brasil	24	52	14	8,5

Fonte: Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT)

Quadro 9: Custos comparativos entre modais de transportes

Modal	US\$ centavos / ton. km
Aéreo	14,0
Rodoviário	4,0 – 5,0
Ferrovário	0,3 – 1,0
Dutoviário	0,1 – 0,3
Balsa e rebocador	0,12 – 0,18
Navio cargueiro	0,06 – 0,24
Navio graneleiro	0,02 – 0,04

Fonte: COPPEAD/UFRJ

Para Lessa (2009), a logística que engloba as operações de planejamento, transporte, armazenagem, controle de custos, e distribuição de tecnologia de informação associada ao abastecimento é pouco eficiente no Brasil.

Essa ineficiência fica clara quando se comparam os custos de logística do Brasil e dos Estados Unidos:

Quadro 10: Custos de logística em 2004 (% do PIB)

	Brasil	EUA
Transporte	7,5	5,0
Estoque	3,9	2,1
Armazenagem	0,7	0,7
Administração	0,5	0,3
TOTAL	12,6	8,1
Custo total em 1996	17,0	10,2

Fonte: Centros de Estudos Logísticos da COPPEAD/UFRJ

5.3 Carga tributária

O Brasil é um dos países com a carga tributária mais elevada do mundo. Esse fator se estabelece como um desafio ao desenvolvimento econômico, pois gera um sistema fiscal complexo e distorcido. Outra consequência é o aumento da informalidade na economia. As empresas, ao buscar fugir da tributação, se utilizam de práticas trabalhistas heterodoxas. A informalidade também prejudica uma análise mais acurada

de dados nos estudos feitos pelas empresas, pois influencia as informações sobre o tamanho dos mercados e sobre os fatores de produção.

A elevada carga tributária brasileira está relacionada à dívida pública federal. As evidências indicam que esse aumento foi a ferramenta utilizado pelo governo para ter condições de cobrir os encargos financeiros da dívida. Com isso, a carga tributária, que representava 25,35% do PIB em 1973, passou por sucessivos aumentos desde então e já chegava a 34% em 2002-2003 como se mostra no quadro abaixo:

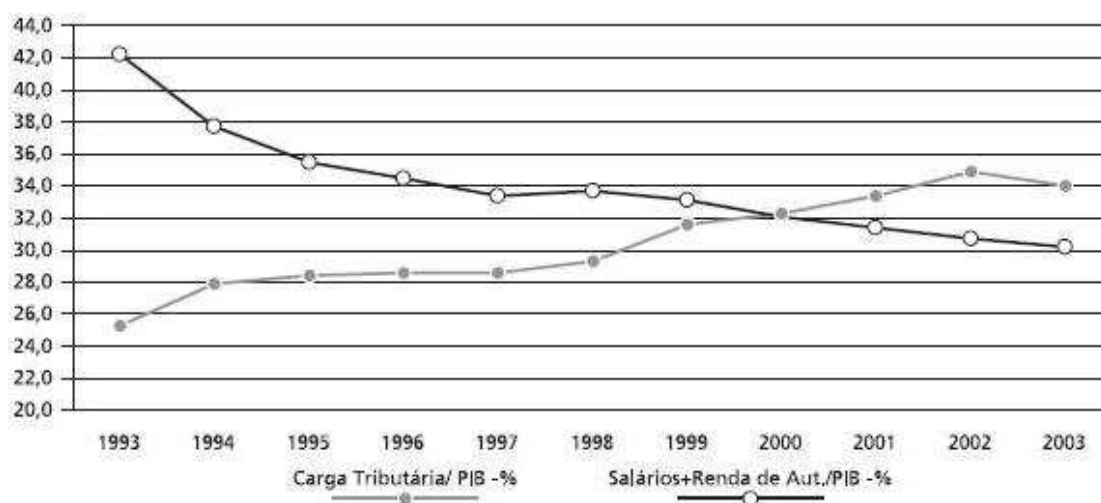
Quadro 11: Carga tributária brasileira (% do PIB)

Ano	Carga Tributária/PIB (%)	Ano	Carga Tributária/PIB (%)
1993	25,3	1999	31,1
1995	28,4	2000	31,6
1996	28,6	2001	33,4
1997	28,6	2002	34,9
1998	29,3	2003	34,0

Fonte: Sistema de Contas Nacionais/IBGE

Além desse aumento sucessivo da participação da carga tributária no PIB, observa-se, no mesmo período, queda da participação dos salários, que passaram de 35,9% em 1993, para 27,4% em 2003.

Quadro 12: Carga tributária e Salários (% do PIB)



Fonte: Sistema de Contas Nacionais/IBGE

De acordo com Munhoz (2009), isto revela que o enfraquecimento do poder de compra das rendas salariais, ao refletir no dinamismo do mercado, fragiliza também aqueles que desempenham atividades como autônomos, que se tornam incapazes de recompor seus ganhos reais por meio de repasses de aumentos de custos para os preços.

Essa estrutura se reflete sobre o nível de atividades, enfraquecendo a demanda, comprometida pela renda das famílias. Ou seja, a componente mais dinâmica das fontes de demanda é prejudicada, condicionando o nível de produção da economia e as decisões de investir.

5.4 Corrupção

Um dos graves problemas existentes no Brasil – que afeta as esferas econômica, social e, mais especificamente, a política – é, sem dúvida, a corrupção. Define-se corrupção como abuso do poder público para a obtenção de benefícios privados, presentes principalmente em atividades de monopólio estatal e poder discricionário por parte do Estado (WORLD BANK, 1997).

O fator acima mencionado se constitui em uma desvantagem para um país, pois este se torna menos atraente para investidores. Um país com instituições percebidas como corruptas apresenta maiores custos de transação e incertezas acerca da validade de contratos firmados. Para Pereira (2005), a corrupção apresenta-se como um fenômeno que enfraquece a democracia, a confiança no Estado, a legitimidade dos governos e a moral pública.

Uma característica desse problema é a dificuldade em mensurá-lo. Ou seja, torna-se difícil saber o quanto, de fato, a corrupção causa de prejuízo a uma economia. Uma vez que se trata de atos secretos, não se pode medi-la de maneira pragmática, senão através de índices de percepção. Abramo (2005) mostra que essa metodologia gera uma situação ambígua, na qual um aumento do índice de percepção de corrupção não

necessariamente implica em efetivo aumento dessa prática nas instituições, podendo significar também que houve uma melhora nos mecanismos de controle.

O Índice de Percepções de Corrupção da Transparency International é um dos índices mais utilizados no que diz respeito à medição do grau de corrupção que vigora em um país. A metodologia utilizada pela instituição é um indicador compilado a partir de outros indicadores, referentes a opiniões de pessoas ligadas a corporações transnacionais, a respeito do nível de corrupção que eles acreditam vigorar em determinado país. Esse índice é expresso em forma de um ranking, em que se mostra a correlação entre competitividade e transparência. Quanto mais próximo do grau 10, menor é a percepção sobre a corrupção no país.

Em 2009, o Brasil ficou em 75º lugar no ranking da Transparência Internacional, tendo obtido grau 3.7, colocação melhor do que os outros países BRICs, porém atrás de outros países latinos, tais quais Chile e Uruguai.

Embora esse método receba críticas devido à subjetividade da pesquisa, nota-se que o Brasil perde oportunidades e competitividade por ser visto como um país com grau elevado de corrupção.

Para Silva (2000), o maior impacto da corrupção, em termos econômicos, está no seu custo para o crescimento, causando redução do mesmo (alocação de recursos em atividades improdutivas) e a deformação das políticas sociais de desenvolvimento.

6. Considerações finais

A inserção do país no grupo de países BRICs é interessante por mostrar o Brasil como potência emergente, com condições de estar entre as maiores economias do mundo nas próximas décadas.

Essa inserção mostra que o mundo possui uma visão do Brasil de uma forma diferente da que havia no passado. O país superou a crise financeira global de 2007/2008 com relativa tranquilidade, diferentemente do que ocorreu quando crises atingiram o México, a Ásia, a Rússia e a Argentina na década de 1990 e 2000. Esses colapsos que o país enfrentou foram importantes como lição para as medidas que vem sendo tomadas ao longo dos últimos governos, notadamente o de Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva.

A estabilidade macroeconômica, recursos naturais e energéticos abundantes, demografia em crescimento são, dentre outros, fatores que se constituem como vantagem para o Brasil. Na história econômica recente da nação, raros foram os momentos em que coexistiram democracia, crescimento econômico e controle dos níveis de inflação (PRIDEAUX, 2009). Esses fatores mostram que importantes passos foram dados rumo ao desenvolvimento.

A inserção do Brasil no grupo de potências emergentes certamente o coloca em uma posição de destaque no cenário internacional. Constitui-se em uma vantagem competitiva em relação a outros, pois gera oportunidades como atração de investimentos estrangeiros e fortifica a posição do país como uma liderança regional.

Porém, é notável que o Brasil possui enormes desafios a enfrentar para alcançar um patamar de desenvolvimento que o permita ser classificado como um país rico. Alto índice de desenvolvimento humano nem sempre apresenta correlação com Produto Interno Bruto alto. O acesso da maioria da população a educação de qualidade, saúde e

alto nível de emprego na economia devem receber esforços por parte do governo e da sociedade nas próximas décadas, tanto quanto o desenvolvimento econômico que se pretende alcançar.

7. Referências Bibliográficas

ABRAMO, Claudio Weber. **Percepções pantanosas: a dificuldade de medir a corrupção.** Novos estud. – CEBRAP: São Paulo, n. 73, Nov.2005.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **O papel dos BRICs na economia mundial.** In: Cebri-Icone-Embaixada Britânica Brasília: *Comércio e Negociações Internacionais para Jornalistas*. Rio de Janeiro, 2009, p. 57-65.

BAUMANN, Renato; ARAUJO, Raquel; FERREIRA, Jhonatan. **As relações comerciais do Brasil com os demais BRICs.** Brasília: CEPAL/IPEA, 2010.

BEVINS, Vincent. **Is Brazil too dependent on exporting basic goods?** London: Financial Times, 2000.

FERRARI-FILHO, Fernando; DE PAULA, Luiz Fernando. **Liberalização financeira e performance econômica: a experiência recente do BRIC.** In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 11, 2006, Vitória. *Anais*. São Paulo: Sociedade Brasileira de Economia Política (SEP), 2006.

GOLDMAN SACHS. **BRICs and beyond.** New York: Goldman Sachs, 2007.

IBGE. **Estatísticas do século XX.** Rio de Janeiro, 2006. 557p.

LACOSTE, Yves. **Conjuntos geopolíticos. In: O mundo hoje 1995/1996: anuário econômico e geopolítico mundial.** São Paulo: Ensaio, 1996

LEITE, Marcel Guedes; PEDROZA, Márcia Flaire. Economia e Relações Internacionais. In: RACY, Joaquim Carlos. **Introdução à gestão de negócios internacionais.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

MOTA, Myriam Becho; BRAICK, Patrícia Ramos. **História: das cavernas ao terceiro milênio.** São Paulo: Moderna, 2002.

MUNHOZ, Dércio Garcia. Obstáculos ambientais e não ambientais ao desenvolvimento. In: CARDOSO JR., José Celso. **Desafios ao desenvolvimento brasileiro: contribuições do conselho de orientação do IPEA.** Brasília: IPEA, 2009.

O'NEILL, Jim. **Building better global economic BRICs**. New York: Goldman Sachs, 2001.

PEREIRA, José Matias. **Reforma do Estado e controle da corrupção no Brasil**. Caderno de Pesquisas em Administração, São Paulo, v. 12, n. 2, p. 1-17, 2005.

PORTER, Michael E. **A vantagem competitiva das nações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 1989.

PRIDEAUX, John. Brazil takes off. **The Economist**. London, v.393, n.8657, p.63-78, nov.2009.

RACY, Joaquim Carlos. **Introdução à gestão de negócios internacionais**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.

RIGOLON, Francisco José Zagari. **O investimento em infra-estrutura e a retomada do crescimento econômico sustentado**. Pesquisa e Planejamento Econômico: Rio de Janeiro, v.28, abr.1998.

SENE, Eustáquio de; MOREIRA, João Carlos. **Geografia geral e do Brasil: espaço geográfico e globalização**. São Paulo: Scipione, 1998.

SILVA, Marcos Fernandes Gonçalves da. Corrupção e desempenho econômico. In: HOFMEISTER, Wilhelm. **Cadernos Adenauer 10: Os custos da corrupção**. São Paulo: Fundação Konrad Adenauer, 2000.

WORLD BANK. **Helping countries combat corruption: The role of World Bank**. Whashington, DC: BIRD, 2000.